

# Alteridade na pesquisa em educação: por uma ética do desconforto

Alterity in research education: for an ethic of  
uncomfortable

**Viviane Inês Weschenfelder**

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
[vivianeweschenfelder@gmail.com](mailto:vivianeweschenfelder@gmail.com)

**Elí Terezinha Henn Fabris**

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
[efabris@unisinobr](mailto:efabris@unisinobr)

## Resumo

O artigo discute as questões éticas imbricadas na pesquisa em Educação e, de modo mais amplo, no campo das Ciências Humanas, a partir do conceito de alteridade. O texto apoia-se nas teorizações desenvolvidas por alguns autores da Filosofia da Educação e de outros referenciais que contribuem para pensar a ética na pesquisa. A partir do relato das implicações éticas e político-epistemológicas de uma investigação realizada com narrativas autobiográficas de mulheres negras, no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais, o texto mostra como mudanças significativas na área das Ciências Humanas vem exigindo do pesquisador outras formas de posicionar-se, especialmente quando a investigação aborda questões implicadas com a identidade/diferença. Relacionar-se com o outro, que por ser um outro indivíduo vivencia experiências distintas do pesquisador, exige a reflexão em todas as etapas da pesquisa. Essa relação implica problematizar as próprias posições de sujeito, em um processo ascético de reflexão sobre si que está na constituição de um pesquisador comprometido com os participantes e com os temas que investiga. Além disso, evidencia-se a permanente articulação das dimensões ética, política e epistemológica no processo investigativo. Na luta contra a cegueira epistemológica, mas também ética, as autoras argumentam em prol da permanente problematização das relações éticas na pesquisa, que se daria através de uma ética do desconforto, tal qual sugerido por Fonseca (2010a). O desconforto permite que a alteridade esteja presente e que a ética não se encerre ao finalizar a investigação, mas faça parte dos processos educativos e das relações humanas.

**Palavras-chave:** Alteridade. Ética na pesquisa. Educação das Relações Étnico-Raciais. Pesquisa em Educação.

## Abstract

The article discusses the ethical questions implicated in research Education and, more widely, in the Human Science field, from the concept of alterity. The paper is based in the theorizations developed by some authors from Philosophy of Education and other referential that contribute for thinking ethics in research. Reporting the ethical and politic-epistemological implications of an investigation performed with autobiographical narratives of Black women, in the Multicultural Education field, the paper shows how meaningful changes in Human Sciences field have been requiring from the researcher other ways of positioning itself, especially when the investigation brings issues implicated with identity/difference. Relate to others, that is Other because of living different experiences of the researcher, requires careful consideration of all the steps of the research. This relation involves problematizing the own subject positions, in an ascetic process of reflection about itself that is in the constitution of a researcher committed with the participants and themes that are investigated. Furthermore, the article makes evident the permanent articulation between ethical, political, and epistemological dimensions in the investigation process. Struggling against the epistemological blindness, but also ethical blindness, the authors defend the permanent problematization of ethical relation in research, that could be developed through an ethic of uncomfortable, as suggested by Fonseca (2010a). The uncomfortable allows the presence of alterity and makes the ethic does not close at the finish of the investigation, but makes part of educational processes and human relations.

**Keywords:** Alterity. Ethics in research. Multicultural Education. Research Education.

# I ntrodução

## O outro na pesquisa

**Alteridade:** substantivo feminino que vem do latim e contém o prefixo *alter* que designa outro. O significado de alteridade está justamente relacionado ao outro; alteridade é a qualidade ou o estado daquilo que é diferente e é o antônimo de identidade<sup>i</sup>.

Este não é um receituário para desenvolver pesquisas em Educação de modo mais ético. Nosso objetivo, muito antes, é apresentar um exercício de problematização sobre as implicações éticas, políticas e epistemológicas que constituem nosso ofício como pesquisadores/as<sup>ii</sup> na área das Ciências Humanas e, mais especificamente, no campo da Educação. Muitos de nós, no decorrer da formação acadêmica *stricto sensu* ou do exercício profissional como pesquisador/a, optam por análises documentais ou por fontes de pesquisa que permitam “livrar-nos” das necessidades de submissão dos projetos ao Comitê de Ética. Não obstante, sabemos que a produção de narrativas e os encontros com os sujeitos participantes pode ser moroso, complicado ou até mesmo pode conduzir nossa investigação para caminhos não previstos. Finalmente, pensamos também quão delicado é lidar diretamente com vidas, com trajetórias tão diversas das nossas e com experiências, muitas vezes, de sofrimento.

Por outro lado, é justamente nos percursos mais desafiadores que nos transformamos. Quando nossas fontes de pesquisa se baseiam na experiência humana, é bem provável que, em algum momento, questões relacionadas à alteridade atravessem nosso fazer investigativo. A alteridade, cujo significado é apresentado como epígrafe dessa introdução, tem sua raiz etimológica no latim *alteritas*, e encontra no termo *outridade* um sinônimo. De acordo com Hermann (2014, p. 34), “o pensamento moderno, a partir do princípio da subjetividade e do conseqüente modo como o sujeito se relaciona com a alteridade, tematiza o outro como aquilo que tende à exclusão”. Nesse viés, tudo o que é diferente de nós tende a ser estranhado e, por conseqüência, excluído. Para a tradição investigativa moderna, o estranho torna-se exótico, uma vez que se mantém as barreiras que dividem a identidade e a diferença, o eu (nós) e o outro (eles).

Juntamente com Lévinas, Foucault, Derrida, Hermann e outros autores que permitem nos deslocarmos interessadamente pelo campo da Filosofia da Educação,

propomos algumas reflexões sobre as relações que se estabelecem entre pesquisador/a e sujeito pesquisado/participante. Na perspectiva pós-estruturalista, a questão do outro torna-se uma questão filosófica e a ética passa a operar, também, “no âmbito da ação, da relação entre os homens, num movimento em que o outro é tanto semelhante quanto diferente”. (HERMANN, 2014, p. 30). Deste modo, acreditamos ser possível estabelecer um diálogo que aceite as singularidades e permita uma interlocução constitutiva de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse processo, no entanto, não ocorre sem tensionamentos, inquietações, sem desconforto. Assim, desenvolvemos a proposição de Fonseca (2010), para quem uma ética do desconforto não só é produtiva para essas relações, mas necessária.

Nesse texto, mostramos que uma pesquisa pode lidar com narrativas produzidas e publicadas pelos próprios sujeitos em espaço público (o que, de acordo com as orientações, dispensaria o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE) e, mesmo assim, conter implicações éticas constantes e provocarem na pesquisadora um desconforto permanente. Quanto maior a relação de alteridade com os sujeitos que fornecem o material pesquisado, maiores têm sido os questionamentos, vindos das mais diversas direções. A partir dessa constatação, consideramos algumas questões pertinentes: sempre foi dessa forma? Quais movimentos têm desafiado os pesquisadores a refletirem sobre a neutralidade e o posicionamento do/a pesquisador/a em relação à pesquisa? Em que medida o desconforto é produtivo e necessário para fazer avançar o campo do conhecimento sobre o qual a pesquisa se debruça?

Para iniciar, descrevemos alguns passos metodológicos e as implicações éticas de uma pesquisa<sup>iii</sup> desenvolvida por uma de nós<sup>iv</sup>, a partir de narrativas autobiográficas de mulheres negras (WESCHENFELDER, 2018)<sup>v</sup>. Essas narrativas foram produzidas e publicadas por essas mulheres em uma comunidade virtual exclusiva para esse grupo. Especialmente por sermos pesquisadoras brancas, muitas inquietações atravessaram o processo investigativo e permaneceram constantes até o momento da escrita final da pesquisa. A partir desse relato, desenvolvemos algumas reflexões que têm sido importantes para nossa constituição enquanto pesquisadoras, mas que também pode contribuir com outros estudiosos da Educação e das Ciências Humanas, especialmente àqueles que produzem um conhecimento comprometido com a justiça social.

## Implicações éticas e político-epistemológicas na temática da Educação das Relações Étnico-Raciais: um relato de pesquisa

A pesquisa, cujos passos teórico-metodológicos e éticos são descritos nesta seção, teve como problemática central compreender “como se engendram os processos de subjetivação dos sujeitos que se reconhecem como negros no Brasil contemporâneo e de que modos estas subjetividades contribuem para pensar a educação das relações étnico-raciais” (WESCHENFELDER, 2018, p. 15-16). Desse modo, entender como os sujeitos que se reconhecem como negros olham para si e conduzem suas condutas, estabelecendo relações consigo e com os outros a partir dos discursos que consideram verdadeiros, era um empreendimento importante na trajetória investigativa. Além disso, olhar para a dimensão subjetiva da constituição dos sujeitos, a partir da noção de sujeito e de subjetivação desenvolvidas por Michel Foucault, é produtivo para pensar (e pensar de outros modos) o campo da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

O fazer investigativo nos mostra que os problemas “não estão aí, soltos no mundo, à espera de qualquer teoria para serem resolvidos”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 19). Foi com o intuito de responder a esta problemática que o blog *Blogueiras Negras* (BN) pareceu, desde o primeiro contato, um espaço produtivo para a pesquisa. Segundo Schittine (2004, p. 71), o que “o blog possibilita é a cumplicidade com um sentimento novo, de pessoas desconhecidas que têm sentimentos e segredos parecidos com os do diarista, mas que ele nunca conheceria se não se expusesse pela internet”. Muitos blogs tornaram-se ferramentas de compartilhamento de experiências e de expressão de sujeitos sobre suas opiniões e crenças, especialmente através das narrativas.

Assim, os blogs podem ser considerados espaços educativos. Como destaca Marín-Díaz (2015, p. 255), “a educação é principalmente aprendizagem em diferentes espaços e em todos os momentos da vida e pela própria ação do indivíduo, não sendo mais a escola a principal [e única] instituição educativa”. Embora a pesquisa não ocorra dentro do espaço escolar, a escola é um dos temas latentes das narrativas do blog. Além do mais, o BN mostra as condições que um indivíduo tem de acessar o conhecimento por outras vias além da instituição escolar e de transformar-se a partir das suas aprendizagens e processos de subjetivação. Esse é um movimento cada vez mais potente na Contemporaneidade, na medida em que o neoliberalismo produz formas de vida em que nos tornamos aprendizes por toda a vida, sujeitos responsáveis por nossas próprias aprendizagens, “cosmopolitas inacabados”. (POPKEWITZ; OLSON; PETERSSON, 2009).

O projeto do blog *Blogueiras Negras* surgiu em 2012, por algumas mulheres negras que tinham como principal objetivo dar maior visibilidade às produções deste grupo. O BN se identifica como uma comunidade virtual, composto por: “*uma plataforma de conteúdo; um time dinâmico de autoras e uma equipe de facilitadoras*”<sup>vi</sup>. Também nomeadas como coordenadoras, as facilitadoras são responsáveis por escolher os textos, realizar a revisão editorial e alimentar o blog, além de mediar o debate no grupo de discussão. As primeiras publicações disponíveis são de março de 2013 e podem ser consultados por categorias, divididas por palavras-chave. Ao navegar em cada uma destas opções, outras categorias são disponibilizadas, todas elas com várias chamadas de textos que aparecem em ordem cronológica, iniciando pelas publicações mais recentes. O blog é atualizado diversas vezes por semana, sempre com artigos escritos por mulheres negras.

O BN é uma comunidade virtual de mulheres negras, do qual somente este grupo pode publicar ou participar das discussões. Sobre a impossibilidade de mulheres brancas ou homens negros e brancos integrarem a comunidade virtual ou publicarem textos no blog, as organizadoras assim se posicionam: “*O nosso espaço diz respeito às demandas, experiências e vivências das mulheres negras e afrodescendentes e por entendermos que ninguém melhor que nós mesmas para falar de nós, fazemos deste espaço um lugar exclusivo para o protagonismo das mulheres negras e afrodescendentes*”<sup>vii</sup>. De acordo com Collins (2002), mulheres negras têm produzido, ao longo do tempo, o que a autora chama de “*safe space*” (espaço seguro). Estes são locais específicos para a livre manifestação e articulação política das demandas vivenciadas por este grupo, considerados necessários diante da discriminação a que mulheres negras estão historicamente expostas.

Dentre centenas de textos publicados entre os anos 2013 e 2016, foram escolhidos para compor o *corpus* empírico da pesquisa aqueles que possuem o formato de narrativa autobiográfica. Neste caso, as mulheres não só escrevem em primeira pessoa como relatam suas histórias de vida. Foram selecionadas 36 narrativas autobiográficas: 1 narrativa publicada em 2013, 19 narrativas publicadas em 2014, 8 publicadas em 2015 e 8 em 2016. Estes textos compartilham experiências sobre os processos educativos, sobre as diversas formas de discriminação sofridas (especialmente discriminação por raça, gênero, sexualidade e classe) e sobre os modos como as mulheres negras lidam com a negritude e com as relações étnico-raciais no cotidiano. Como se trata de textos escritos pelas próprias mulheres negras, movidas pelo desejo de escreverem sobre si e narrarem suas histórias, estes textos são produtivos para compreender os processos de subjetivação vivenciados por estes sujeitos.

A espinha dorsal do BN e de suas publicações é o feminismo negro interseccional. Isso significa que se cruzam especialmente as posições identitárias de gênero e raça, dentro de uma perspectiva que tem como objetivo “*fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade*”<sup>viii</sup>. Salvo a condição de todas as autoras identificarem-se como mulheres negras, as narrativas evidenciam a diversidade sexual e de gênero e os modos distintos de posicionar-se frente ao feminismo negro. Diversas mulheres negras escrevem também para outros blogs e participam de coletivos feministas negros, garantindo um estreitamento das discussões propostas pelas narrativas com as principais demandas dos movimentos e dos coletivos negros e feministas.

Em que pese o blog analisado se configure como um espaço público, com livre acesso aos textos publicados, o fato de não podermos fazer parte da comunidade do BN em função do pertencimento étnico-racial gerou diversos questionamentos. Cientes da finalidade do blog e das principais demandas das mulheres negras, muitas vezes nos perguntamos em que medida estaríamos “autorizadas” a trabalhar com textos de uma comunidade virtual, produzidos e publicados por mulheres negras na qual não poderíamos nos tornar integrantes. Não estaríamos, de certo modo, desafiando uma de suas bandeiras mais importantes de luta, que é a possibilidade de serem protagonistas da produção do conhecimento sobre si mesmas? Esta não foi uma decisão tranquila. A partir da opção por continuar trabalhando com as narrativas das mulheres negras, visto que o estudo dos seus textos se tornavam a cada dia mais produtivos, procuramos desenvolver, no decorrer da pesquisa, três movimentos: a) Buscar referenciais sobre a ética na pesquisa e seguir as orientações do próprio BN; b) Inserir entre as referências principais da pesquisa intelectuais negras, de modo que o pensamento das mulheres negras não ficasse restrito ao *corpus* empírico; c) Refletir sobre nosso posicionamento e dialogar constantemente com as experiências relatadas pelas autoras, respeitando suas demandas políticas e sua luta por visibilidade. A seguir, explicamos um pouco sobre cada um desses movimentos.

Fonseca (2010a, 2010b) nos mostra o quanto a ética na pesquisa não se restringe à aprovação do projeto no Comitê de Ética. Mesmo quando se trata de material disponibilizado em espaço público, há diversas questões que devem ser avaliadas. No caso desta pesquisa, uma das primeiras decisões foi a de identificar cada um dos excertos apresentados nas produções resultantes das análises do material. Além de colocar o nome completo da autora, tal qual ela se identifica no BN, os excertos receberam uma nota de rodapé com o *link* do texto completo e a data de sua publicação. Deste modo, procuramos seguir a premissa do blog: “*Para reproduzir nosso conteúdo, é preciso que seja respeitada*

a estrutura de nossos posts (nome da autora, corpo do texto e links de rodapé)”.<sup>ix</sup> No entanto, é preciso também ponderar que a identificação da autoria dos textos não garante a total proteção dos sujeitos, uma vez que algumas mulheres negras talvez não cogitassem a possibilidade de suas narrativas tornarem-se *corpus* empírico de qualquer investigação.

Ao ler atentamente os textos das blogueiras – não apenas as narrativas analisadas, mas todos os textos publicados no BN –, acompanhamos a discussão sobre as mulheres negras serem sujeito/objeto de pesquisas realizadas por pessoas brancas. A negligência a este tipo de investigação cresce ao mesmo tempo em que intelectuais negras desenvolvem o pensamento feminista negro no Brasil. A oportunidade de produzir conhecimento sobre si e sobre o outro (branco) é paulatinamente conquistada com luta e resistência dos sujeitos que são, muitas vezes, a primeira geração a frequentar a universidade. É chegado o momento, então, de problematizar o conhecimento existente e o status de superioridade dessa produção. Como explicita bell hooks (2015, p. 48, tradução nossa), “problemas surgem não quando mulheres brancas escolhem escrever sobre as experiências de pessoas não-brancas, mas quando esse material é apresentado como ‘autoritário’”. Ao utilizar os trabalhos desenvolvidos por intelectuais negras/os também na escrita da pesquisa, procuramos romper com a prática de utilizar homens e mulheres negros apenas no fornecimento de dados da investigação.

Já é consenso no universo da pesquisa em Ciências Humanas que as posições que assumimos como sujeito (gênero, profissão, classe, pertencimento étnico-racial etc.) são importantes porque dizem do lugar e das possibilidades de produção do conhecimento que produzimos. Independente da posição que ocupamos em relação aos sujeitos com os quais pesquisamos, é necessário refletir sobre este posicionamento e suas implicações para os resultados da pesquisa. Metodologicamente, o/a pesquisador/a que não participa da comunidade pesquisada é considerado um *outsider*. Nesse caso, não vivenciar as mesmas experiências de discriminação racial ou não integrar uma comunidade pode gerar uma limitação para a compreensão do processo investigado. Por outro lado, essa posição de *outsider* também deve ser problematizada quando se tem em vista que o pesquisador compartilha das mesmas lutas políticas do grupo pesquisado, ou apresenta alguma das posições de sujeito do grupo (no caso específico, do gênero feminino). Além disso, segundo Berger, “um pesquisador não [tão] familiarizado com a experiência específica em estudo pode abordá-lo a partir de um ponto de vista novo e diferente, colocando novas questões que podem levar a direções inovadoras”. (BERGER, 2015, p. 227, tradução nossa).



Em relação ao BN, foi importante levar em consideração as potencialidades e limitações que o estudo teve a partir da relação da pesquisadora com a comunidade virtual de mulheres negras. Como alguém que não está envolvido no processo de organização e publicação dos textos do blog, nem mesmo tem uma relação de participação que possibilitaria falar em nome de um coletivo, o olhar é produzido desde uma posição que estaria mais próxima dos(as) leitores(as) do blog. Por outro lado, há um interesse muito maior em compreender as condições de possibilidade do que é publicado e os efeitos das narrativas. Como mulher negra, certamente a participação na pesquisa seria distinta. Mesmo que fôssemos integrantes do BN, no entanto, participar da comunidade enquanto pesquisadoras implicaria em um posicionamento diferente das demais autoras. Deste modo, entendemos que sempre há implicações do pesquisador em relação à comunidade pesquisada e elas devem ser levadas em consideração ao longo da pesquisa. Como mostra Fonseca (2010a, p. 63),

A dimensão ética manifesta-se de novo na formulação do problema, no recrutamento de aliados, na seleção e tratamento dos sujeitos pesquisados. A própria linguagem do texto final envolve considerações éticas, a depender de quem é eleito como plateia: ora a comunidade internacional de pesquisadores, planejadores e profissionais, ora donas de casa e leitores do diário local.

Ao longo da pesquisa com narrativas de mulheres negras, fomos buscando subsídios que pudessem orientar nossas escolhas sobre como desenvolver as análises e também a redação final da investigação. A partir do estudo realizado tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos<sup>x</sup>, pareceu-nos necessário evidenciar, desde o início do texto, que se tratava de uma pesquisadora branca escrevendo sobre a experiência de mulheres negras. Obviamente, esse posicionamento trouxe a necessidade de problematizar suas implicações e de desenvolver um equilíbrio entre o comprometimento ético e político com os sujeitos da pesquisa e uma postura hipercrítica dos processos de subjetivação vivenciados pelas autoras das narrativas. Pensando para além do método etnográfico, as palavras de Fonseca (2010b, p. 213) são valiosas: “O pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia”. Fidelidade à pesquisa e respeito aos sujeitos pesquisados: o equilíbrio necessário é um desafio constante.

Na investigação aqui compartilhada, além do cuidado em relação ao posicionamento da pesquisadora, houve também uma tentativa sistemática de dialogar com as mulheres

negras, inclusive com as autoras dos textos analisados. Muitas vezes, tínhamos nos questionado como elas iriam receber o texto e quais efeitos a pesquisa teria para as mulheres que vivenciam as experiências que deram materialidade às análises. De certo modo, pareceu-nos sem sentido trabalhar com narrativas tão politicamente articuladas sem procurar estabelecer uma relação dialógica com esse grupo. Tomando as mulheres negras como interlocutoras da pesquisa, os princípios éticos passam também pelo reconhecimento da dimensão política do blog. Uma vez que o BN tem finalidades muito bem definidas, trabalhar com esses textos sem comprometermo-nos com eles parece-nos impossível. Vejamos novamente o que diz Fonseca (2010a, p. 62) sobre essa questão:

O cuidado ético se impõe, além de tudo, no engajamento político, que empurra o pesquisador a levar seus resultados para as arenas pertinentes de discussão, e na competência cívica, que lhe permite travar diálogos, sem ceder à polêmica, com aqueles “outros” que não reconhecem de antemão o mérito do seu trabalho científico. Apresentada nesses termos, a ética do pesquisador exige que se amplie o círculo de interlocutores nas discussões sobre aspectos éticos e técnicos da pesquisa científica.

Assumir o lugar de fala, especialmente através do pertencimento étnico-racial do pesquisador, tem se constituído como uma condição *sine qua non* para a realização de pesquisas com movimentos sociais e identitários, especialmente se o objetivo é garantir a legitimidade perante os pares. Embora estas questões não estejam tão explícitas no campo da EREER, há uma forte tendência, especialmente em função do consenso entre os estudiosos da importância de desenvolver a identidade étnico-racial positiva dos sujeitos escolares. Quanto mais racializamos as relações sociais, mostrando o quanto a dimensão racial atravessa todos os segmentos da nossa vida, inclusive nos espaços educativos, mais importante se torna o posicionamento do pesquisador. Nas pesquisas narrativas, esse movimento também se observa, na medida em que as experiências de quem realiza a pesquisa é um ponto de partida para a investigação. De acordo com Claudinin (2013, p. 199, tradução nossa),

Nós temos, assim como negociamos o consentimento, que continuar pensando sobre nossas responsabilidades relacionadas aos participantes em nossas investigações. Assim como refletimos cuidadosamente sobre quem somos e quem nos tornamos, em nossas investigações narrativas refletimos cuidadosamente sobre quem nós somos em relação aos sujeitos na pesquisa.

As questões éticas da pesquisa estão imbuídas nos pressupostos teórico-metodológicos da investigação, da mesma forma que reflete a dimensão política da produção do conhecimento. A importância do lugar de fala do pesquisador, como discutido

acima, é uma questão que está na ordem do discurso e se configura como um recurso importante para a construção linguística do texto final. Mas é mais do que isso. Escrever sobre a experiência do outro, especialmente quando esse outro vivencia processos intensos de exclusão, é um desafio que carece de sensibilidade, de cuidado, de reflexão, de senso de justiça e de um aguçado olhar hipercrítico. Nas palavras de Berger,

Pesquisadores precisam se concentrar cada vez mais no autoconhecimento e sensibilidade; compreender melhor o papel de si na produção do conhecimento; monitorando-se cuidadosamente no impacto de seus preconceitos, crenças e experiências pessoais nas suas pesquisas. (2015, p. 220, tradução nossa).

Diante das problematizações que conduziram a pesquisa brevemente descrita nessa seção, outras questões surgem. Quando nos propomos a fazer da dimensão ética uma prática constante do nosso ofício como pesquisadores/as e constituidora das questões político-epistemológicas de nossas pesquisas, ela não se restringe ao cuidado com o outro que tem um pertencimento étnico-racial diferente ou outro marcador identitário. Quando a identidade se manifesta como balizadora de todas as relações com o outro, a ética pode restringir-se à cartilha de práticas politicamente corretas, sem que a postura e a experiência se tornem os elementos que constituem o próprio pesquisador. Na concepção de alteridade, o outro é sempre o outro em sua singularidade, e por isso pensar a ética na pesquisa em Educação precisa ir além do conjunto de normas que nos autoriza a avançar na investigação. É sobre esse tema que nos dedicaremos a seguir.

## **Mas as experiências dos participantes não são sempre distintas das nossas? Pesquisa, identidade e diferença**

A abertura ao outro exige uma desconstrução dos modos de representação do outro, que negam sua singularidade, e uma constante vigilância contra os possíveis riscos de produzir o mesmo processo de apropriação, que traz consigo violências epistêmicas. (HERMANN, 2014, p. 119).

Reconhecer as próprias posições identitárias em relação ao outro pesquisado não é suficiente para garantir a ética na pesquisa, nem mesmo para evitar que o outro seja alvo de violências epistêmicas, como menciona Hermann (2014). Da mesma forma, esse reconhecimento não “blinda” o pesquisador das inquietações que tiram o sono e a tranquilidade ao longo da investigação. Mesmo após termos comunicado às coordenadoras do BN sobre a realização da pesquisa, apresentado a investigação em eventos acadêmicos e discutido a pesquisa com intelectuais negras, permaneceu uma sensação de

insegurança, de desconforto, que nos acompanhou durante todo o processo. Sabemos que esse sentimento não é apenas nosso, mas partilhado por todos os pesquisadores (jovens ou experientes) que nos últimos anos têm sido cada vez mais questionados sobre a (im)possibilidade de realizar determinadas pesquisas, em função de suas posições identitárias.

Sem jamais desconsiderar a importância de toda a reflexão ética e político-epistemológica na pesquisa com movimentos sociais e identitários, nos propomos a enfrentar nossa própria insegurança e problematizarmos em que medida algumas compreensões sobre determinados temas e suas condições de pesquisa – bem como sobre quem deveria/poderia desenvolvê-los – não prejudicam o próprio campo que desejamos fazer avançar. Além disso, as inquietações geradas durante a realização da pesquisa com seres humanos não deveriam se restringir a determinados grupos, mas a toda e qualquer investigação com narrativas.

A pesquisa aqui relatada indicou o fortalecimento de um novo discurso sobre o Brasil. Desde a década de 1970, movimentos sociais negros têm trabalhado para desconstruir o discurso da democracia racial, entendido como a suposta harmonia entre os diferentes pertencimentos étnico-raciais (especialmente brancos, negros e indígenas) que constituem a população brasileira (WESCHENFELDER, 2018). Com o apoio dos pesquisadores, que evidenciam as profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero no país, as lutas identitárias ganham cada vez mais força. Embora pareça que os efeitos desse processo sejam mais intensos apenas na última década, eles não são completamente novos. De acordo com Bosco (2017), é nos anos 1990 que se observa um deslocamento na ênfase da cultura em detrimento da dimensão política. Se “as lutas identitárias se chocam com a narrativa dominante da tradição cultural brasileira” (BOSCO, 2017, p. 24), esse movimento ocorre, especialmente, através do que o autor chama de “novo espaço público brasileiro”.

Com a democratização do acesso à internet, os conflitos tornam-se mais evidentes e com condições de alcançar proporções até recentemente inimagináveis. A internet tornou-se tanto um espaço de compartilhamento de informação quanto de linchamento digital. Seja ela uma via para o acesso às pesquisas que realizamos ou para o engajamento político e identitário, nossa necessidade de interlocução parece ser cada vez mais necessária. Mas o que ocorre, quando nossas análises indicam resultados nem sempre tão bem aceitos pelos movimentos sociais identitários? Essa discussão foi desenvolvida com fôlego por Bosco (2017) e não vamos adentrar nela. Todavia, vale a pena mencionar a chamada estratégia do *bonding*, adotada por alguns grupos, através da qual pode ocorrer a

“desqualificação de uma intervenção no debate pelo fato de ela ser proposta por um sujeito não pertencente ao grupo identitário”. (BOSCO, 2017, p. 20).

Nessa direção, um ponto de vista diverso ou vindo de indivíduos que não compartilham exatamente as mesmas posições identitárias é entendido como primeiramente contra o grupo, já que “restrições e dissensos pontuais não são aceitos”. (BOSCO, 2017, p. 21). Posições como essa podem alterar o senso de justiça e inverter até mesmo o sentido de conceitos, como o *lugar de fala*. Mesmo tendo como base um princípio inclusivo, o lugar de fala “pode ser mobilizado para desqualificar os sujeitos de ‘fora’, a fim de desencorajá-los a entrar no debate”. (BOSCO, 2017, p. 28-29). Esses processos comprovam o quanto movimentos de inclusão e exclusão andam juntos, formando uma relação de complementaridade e interdependência. (LOPES; FABRIS, 2013).

Obviamente, a criação de fronteiras e a negligência às posições contrárias têm ocorrido no âmbito de alguns movimentos sociais e não nos cabe questionar as estratégias de fortalecimento dos grupos. O que estamos chamando atenção aqui também não tem relação com o BN, pois a proposta de exclusividade de publicação dessa comunidade virtual de mulheres negras não interfere no acesso às narrativas publicadas no blog. Nosso intuito é problematizar em que medida o acirramento identitário e a criação de fronteiras entre eu (nós) e o outro (eles) estão pautando também a produção de conhecimento, produzindo constrangimentos e limitando o avanço de vários campos, inclusive educacional.

Nos momentos de (in)tolerância e de crítica às pesquisas realizadas por pesquisadores *outsiders* (pelo fato de estarem nessa condição, que é questionável em diversos aspectos), a identidade deixa de ser *um* elemento significativo da vida social e política para tornar-se a balizadora das relações, reforçando a diversidade entre indivíduos e grupos e criando barreiras que limitam a experiência humana. No outro extremo, o pesquisador que trabalha com sujeitos do mesmo grupo identitário não está livre da reflexão sobre si e sobre sua postura em relação aos participantes da pesquisa. Quando o participante é visto apenas em sua identidade, ou no modo como sua identidade é representada, a experiência do sujeito corre o risco de ser essencializada, o que empobrece o olhar do/a pesquisador/a em relação a sua singularidade. Como explicitou Foucault, a identidade é útil e relevante, mas ela se torna problemática quando vira “a lei, o princípio, o código de existência” (FOUCAULT, 2014b, p. 255), quando ela exige que permanecemos infinitamente os mesmos.

Não se pode simplesmente descartar a identidade em função dos riscos que ela carrega, uma vez que a identidade funciona como um importante articulador de indivíduos que lutam, entre outras causas, por condições de existência e dignidade. Juntamente com Silva (2000, p. 97-98), defendemos que a identidade funcione como “uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo”. Assim, ao compreendermos as identidades que nos constituem como posições de sujeito que não são fixas e nem imutáveis, ampliamos as possibilidades de trabalharmos com a ética da alteridade. Nesse caso, refletir sobre o posicionamento étnico-racial torna-se apenas um dos movimentos que possibilita a relação com o outro na pesquisa, rompendo com a superioridade de determinados olhares e contribuindo para as múltiplas formas de perceber e analisar os fenômenos. Nas palavras de Foucault (2004, p. 266),

Se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação.

Ao publicarmos os resultados de nossas pesquisas com seres humanos, sejam eles participantes diretos ou indiretos, não há controle sobre o público que irá acessar a investigação. Especialmente porque a maioria dos estudos recebe recursos públicos para a pesquisa e tem um compromisso com o avanço do conhecimento no campo pesquisado, é importante levar em consideração a possibilidade de diálogo com os mais diferentes sujeitos. Além disso, os movimentos sociais e identitários, vistos como os grupos que mais criticam as investigações do quais são os próprios sujeitos de pesquisa (e não sem razão), estão perfeitamente incluídos dentro do espaço universitário, produzindo conhecimento lado a lado com o ativismo político. Ao mesmo tempo em que precisamos chamar a atenção para alguns excessos e para a cegueira epistemológica que nossas visões de mundo podem produzir, entendemos que a neutralidade do pesquisador é uma impossibilidade. Como não é possível forçar uma suposta preocupação ética quando ela não está presente, muitos estudiosos têm evitado os chamados “temas polêmicos”. Não há dúvidas de que um texto honesto, que descreva todas as etapas da pesquisa, bem como as reflexões feitas no percurso investigativo, tende a ser um texto que circula por mais espaços e que tem sua pesquisa reconhecida pelos colegas do campo.

Estabelecer uma relação de honestidade com os participantes da pesquisa implica correr o risco de evidenciar as fragilidades do pesquisador. Em uma concepção ética, esta fragilidade não é necessariamente negativa, nem tem relação com qualquer incapacidade

ou domínio do tema estudado. Na compreensão de Lévinas, tornar-se frágil diante do outro significa desnudar-se de sua condição una e revelar o seu rosto. Como explicita Melo (2003, p. 135), “o rosto é oferta de sentido ao outro, como outro para o Mesmo. A significação, enquanto manifestação-experiência que o Mesmo sofre no instante da epifania do rosto, não é retida como dado percebido”. Sua inteligibilidade reside na resistência ao ser, na busca pela significação desse rosto que resulta na ética da alteridade, da responsabilidade. Ainda de acordo com Melo (2003, p. 201-202),

As bases da ética da alteridade são definidas a partir da desconstrução do edifício ontológico. Levinas parte, portanto, da impossibilidade da racionalidade ética ser fundada pelo sujeito, no nominativo do *Eu penso – Eu –*, para a possibilidade ética centrada num outro de ser, além da essência – no Outro, no acusativo – *Me –* dá resposta: *eis-me aqui*.

Em Lévinas, vemos uma ética desconstrucionista, que desloca o centramento do sujeito em si mesmo para possibilitar sua atenção no outro. Nessa relação de alteridade, a diferença pode se relevar em si mesma, através da singularidade. Em certo sentido, a relação com o rosto do outro traz consigo uma impossibilidade de representá-la, por não ser totalmente da ordem do dizível. Mesmo assim, vale a pena trazermos a sua concepção de ética da alteridade para pensar sobre a pesquisa em Educação. No estudo dos mais diversos processos educativos, a responsabilidade acompanha não apenas os resultados da investigação, mas todos os movimentos da pesquisa, especialmente na relação que estabelecemos com os participantes. Vejamos o que diz Lévinas, sobre a inversão do *para-si* para o *para-outro*:

Essa inversão humana do em-si e do para-si, do “cada um por si”, em um eu ético, em prioridade do para-outro, esta substituição ao para-si da obstinação ontológica de um eu doravante decerto único, mas único por sua eleição a uma responsabilidade pelo outro homem – irrecusável e incessível – esta reviravolta radical produzir-se-ia no que chamo encontro no rosto de outrem. (LÉVINAS, 1997, p. 271).

Ao despir-se de sua centralidade e voltar-se para a primazia do outro, a responsabilidade é também uma consequência da interpelação produzida por ele. “É precisamente neste chamado à responsabilidade do eu pelo rosto que o convoca, que o suplica, que o reclama, que outrem é o próximo do eu”. (LÉVINAS, 1997, p. 239-240). Na compreensão de Butler sobre a noção de responsabilidade em Lévinas, “as ações do outro me ‘interpelam’ no sentido de pertencerem a um Outro irreduzível, cujo ‘rosto’ me faz uma exigência ética”. (BUTLER, 2015, p. 119). Em algumas relações, a exigência do rosto do outro é tão forte que produz violência. Não querendo que este seja o caso da relação entre

pesquisador/participante, a responsabilidade pelo outro que assume a posição de colaborador das nossas investigações precisa ser assumida em toda a sua intensidade, para que não haja margens para a violência se manifestar como um dos efeitos da pesquisa.

“Para Lévinas, no entanto, a exigência ética surge precisamente da humanização do rosto”. (BUTLER, 2015, p. 125). Enquanto pesquisadores, nos responsabilizar pelo outro significa estar sensivelmente atento às situações em que a outridade se desnuda e se torna vulnerável em sua narrativa. O modo como damos prosseguimento à pesquisa a partir das experiências que coletamos/produzimos é nossa total responsabilidade. Segundo os preceitos éticos básicos, ocultar a identificação dos participantes seria o único procedimento necessário para usar livremente as informações por eles fornecidas. Muitas vezes, percebemos que esse cuidado não é suficiente, já que o modo como dispomos os dados podem expor os participantes ou mesmo induzir o leitor a uma compreensão distinta daquela que constitui a narrativa. Ademais, determinadas análises de nossos estudos podem vulnerabilizar os sujeitos, inclusive destituindo-os de sua força política.

Nessa direção, a responsabilidade pelo outro é um dos elementos centrais da ética da alteridade. Para além da análise das narrativas e da disponibilização dos resultados, diversos outros questionamentos podem (e devem) ser feitos no decorrer da investigação, independente da metodologia adotada. Caso a coleta das narrativas ocorra através de grupos de discussão ou de entrevistas coletivas, vale a pena refletirmos de que modo constituímos e lidamos com a relação entre os participantes, de que maneira as diferentes vozes circulam no grupo, quem pode falar e participar, quem está apto a tomar decisões, de que modo as escolhas são realizadas etc. Novamente, deslocar a centralidade do *eu* para o *outro*, como propôs Lévinas, pode contribuir para refletirmos permanentemente as implicações éticas da pesquisa.

Por fim, a ética da alteridade pressupõe, também, desconstruir-se enquanto pesquisador. É no decorrer das nossas experiências com a pesquisa que vamos nos tornando mais comprometidos e responsáveis. A mudança é tanto maior, no entanto, se pudermos exercer permanentemente a reflexão proposta pela pergunta nietzschiana “como nos tornamos o que somos”, sem deixar de lado o cuidado de si e a relação ascética consigo mesmo. Nessa necessária virada para si, tal qual nos mostra Foucault (2014), a alteridade se mantém no horizonte, fazendo com que o rosto do outro se faça presente, mas também permita que o nosso rosto se revele. O *si*, nessa concepção, está muito distante do *eu* da identidade, da unicidade. O *si* visibiliza a experiência do sujeito e possibilita que o outro nos



interpele, nos desfaça, para que sejamos capazes de nos transformar, de nos tornar diferentes do que fomos até então. De acordo com Butler (2015, p. 171),

Talvez seja ainda mais importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos. Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir [...].

Na última seção do texto, colocamos em suspenso esse exercício de problematização argumentando em prol de uma ética do desconforto. (FONSECA, 2010a). Quando o desconforto permanece no ofício investigativo, mesmo após a aprovação do projeto de pesquisa, a ética não só extrapola as normas exigidas pelos Comitês, mas torna-se presente durante todo o processo e para além dele. Andar na corda bamba parece ser nossa condição, uma vez que “tornamo-nos quem somos pela resposta a essa convocação e também somos, muitas vezes, surpreendidos pelo outro que nos habita. Assim, a própria ética se constitui nas complexas respostas produzidas pela interação com o outro”. (HERMANN, 2014, p. 13).

## **Por uma ética do desconforto: (re)pensar a própria postura**

Ao longo do texto, procuramos mostrar de que maneira elementos éticos, políticos e epistemológicos se articulam no processo investigativo, pautando todas as etapas da pesquisa. Ainda que “o modo como fazemos nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos” (PARÁISO, 2014, p. 26), a ética na pesquisa é um desafio que está posto em todas as investigações produzidas a partir da experiência humana. Para o campo da Educação e a área das Ciências Humanas, de modo mais amplo, as discussões que marcam a produção de conhecimento são fruto de processos históricos e características de uma época. Os embates políticos e epistemológicos tendem a direcionar também as questões éticas da pesquisa, ainda que não resultem em um conjunto de normas fixas.

Nesse viés, acreditamos que o relato da investigação realizada com narrativas autobiográficas de mulheres negras, publicadas em uma comunidade virtual na qual apenas indivíduos com essas posições identitárias podem se tornar integrantes, pôde trazer contribuições significativas para as problematizações aqui propostas. Em nenhum

momento do processo as reflexões e os cuidados éticos foram suficientes para amenizar o desconforto, que foi nosso companheiro de viagem. Ampliando o escopo para as demais pesquisas realizadas com movimentos sociais e identitários e para o campo da EREER, consideramos relevante olhar para o processo de fronteirização das identidades e o quanto ele tem interferido na produção de conhecimento. Se o posicionamento do/a pesquisador/a é fundamental, evidenciando desde o princípio qual o seu lugar de fala, esse procedimento não é suficiente para que a pesquisa seja eticamente comprometida, nem mesmo reconhecida pelos pares.

Por último, mostramos que a necessidade de refletir sobre as próprias experiências e problematizar em que medida o próprio olhar interfere nas análises das narrativas não pertence apenas ao pesquisador que trabalha com grupos identitários ou “temas polêmicos”: são movimentos que devem fazer parte de toda e qualquer pesquisa com humanos no campo da Educação. Em função disso, argumentamos, juntamente com Fonseca (2010a), a importância de desenvolvermos uma ética do desconforto. Para a antropóloga,

Esse desconforto implica a possibilidade de se enganar e, assim, de rever, em função de novos acontecimentos, a postura (política e intelectual) adotada em época anterior. [...] Trata-se de uma determinada combinação de ética e ciência em que aquela impede que esta se torne dogma. (FONSECA, 2010a, p. 61).

Uma ciência não dogmática é uma ciência que não favorece determinados olhares em detrimento de outros, considerando algumas pesquisas superiores ou mais confiáveis em função das posições identitárias do pesquisador. Antes, considerar-se-á a adequação teórico-metodológica, a qualidade das análises e o comprometimento com os participantes da pesquisa. A responsabilidade ética do/a pesquisador/a, que será tanto maior quanto forem as possibilidades de exposição dos participantes ou a sua vulnerabilidade, é construída na alteridade, na relação com o outro. Como não há linearidade nem estabilidade nas relações entre sujeitos diferentes entre si, sua postura política e intelectual precisa ser permanentemente problematizada. Qualquer tentativa de engessamento dessa instabilidade coloca em risco a interpelação do outro, pois é no tensionamento entre eu e o outro que a alteridade se manifesta.

De acordo com Hermann (2014, p. 18), a “pretensão de harmonizar todas as regras num sistema de crenças e valores minimiza o conflito e, de certa forma, bloqueia nossa sensibilidade ao estranho, restringindo as possibilidades de abertura de nossa mentalidade”. Buscar normativas para confortar o pesquisador não significa produzir

pesquisas mais comprometidas eticamente, pelo contrário. Na mesma direção trabalha Derrida (1991), quando o filósofo evidencia o paradoxo em torno da ética. Se a ética for entendida como um conjunto de normas a serem seguidas, ela se torna uma impossibilidade. Ética implica na avaliação refletida de cada situação, em sua singularidade. Nas suas palavras,

Um dos paradoxos do que tento propor é que só há ética, só há responsabilidade moral, como se diz, ou decisão ética, ali onde não há mais regras ou normas éticas. Se há regras ou se há uma ética disponível, nesse caso basta saber quais são as normas e proceder à sua aplicação, e assim não há mais decisão ética. O paradoxo é que, para haver decisão ética, é preciso que não haja ética, que não haja regras nem normas prévias. É preciso reinventar cada situação singular ou regras que não existem previamente. (DERRIDA apud NASCIMENTO, 1991, s/p).

No jogo da desfiguração ética a partir de sua normatização, a ética do desconforto procura romper com essa impossibilidade, garantindo a discussão permanente das dimensões éticas e políticas da pesquisa. Ademais, privilegiar a experiência do pesquisador ao invés do simples engajamento identitário tende a ser uma tarefa mais complexa e arriscada (RABINOW, 1997), mas pode possibilitar a transformação dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, tanto pesquisador quanto participante. Da mesma forma, a ética do desconforto é uma necessidade e pode contribuir para que possamos romper com a cegueira epistemológica que acabou por constituir a ciência moderna. Ainda que nos tornemos epistemologicamente cegos por outras razões, é a relação com a verdade e a nossa superioridade investigativa que precisamos modificar/romper.

Quem sabe, a ética do desconforto não possa produzir, também, outras relações humanas para além da pesquisa, pautando nossos processos educativos e nossa postura diante do outro, esse outro que é sempre diferente de nós. Se a educação é justamente a possibilidade de relacionar-se com o outro, produzindo aprendizagens e transformando-se, a alteridade está sempre lá, aberta para possibilitar novas experiências.

## Referências

BERGER, Roni. "Now I see it, now I don't: researcher's position and reflexivity in qualitative research". *Qualitative Research*, v. 15, n. 2, p. 210-234, 2015.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.

- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CLANDININ, D. Jean. *Engaging in narrative inquiry*. Walnut Creek, CA: Left Coast, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- FONSECA, Cláudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. [Orgs.] *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília, 2010a. p. 39-70.
- FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. In: SCHUCH; VIEIRA e PETERS (orgs). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010b. p. 205-227.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma Entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. *Verve*, n. 5, p. 260-277, 2004.
- HERMANN, Nadja. *Ética & Educação: outra sensibilidade*; Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção Temas & Educação).
- hooks, bell. *Talking back: thinking feminist, thinking Black*. New York: Routledge, 2015.
- LÈVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto (Coord.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOPES, Maura C.; FABRIS, Elí T. H. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MARÍN-DÍAZ, Dora L. *Autoajuda, educação e práticas de si: genealogia de uma antropotécnica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MELO, Nélio Vieira de. *A Ética da Alteridade em Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- NASCIMENTO, Evandro. A solidariedade dos seres vivos. Entrevista com Jacques Derrida. Folha, 27 de maio de 1991. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200111.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (orgs.) *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

POPKEWIZ, Thomas S.; OLSSON, Ulf; PETERSSON, Kenneth. Sociedade da Aprendizagem, Cosmopolitismo, Saúde Pública e Prevenção à Criminalidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 73-96, mai./ago. 2009.

RABINOW, Paul. Introduction: The History of Systems of Thought. In: RABINOW, Paul (Ed.). Michel Foucault: ethics, subjectivity and truth. The New Press, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WESCHENFELDER, Viviane I. *Modos de (re)existir, de (res)sentir*: mulheres negras e relações raciais na educação contemporânea. 2018. 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

Submetido em 30/03/2018, aprovado em 12/06/2018.

---

<sup>i</sup> Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/alteridade>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>ii</sup> Utilizaremos as flexões de gênero masculino e feminino sempre que esta diferenciação for importante para a construção argumentativa. Quando essa flexão colocar em risco a fluidez do texto, no entanto, utilizaremos apenas no masculino, mesmo cientes das implicações da linguagem para as questões de gênero.

<sup>iii</sup> A pesquisa contou com o financiamento da Capes.

<sup>iv</sup> Embora a pesquisa tenha sido desenvolvida por uma das autoras deste texto, ambas estão profundamente implicadas na investigação, através do vínculo de orientadora da pesquisa. Além disso, o texto inclui reflexões sobre as pesquisas realizadas e orientadas pela co-autora. Por essas razões, descrevemos os passos da pesquisa na segunda seção no plural.

<sup>v</sup> Para garantir a avaliação cega, utilizaremos o signo (XXXX) sempre que se tratar de trabalho de nossa autoria.

<sup>vi</sup> Para melhor identificar as citações do Blogueiras Negras, neste texto elas aparecerão em itálico e acompanhadas do link da página. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

<sup>vii</sup> Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

<sup>viii</sup> Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

<sup>ix</sup> Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/faq/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>x</sup> Essa pesquisa contou com um período de intercâmbio na University of Wisconsin-Madison, através do programa Doutorado Sanduíche da Capes, realizado no segundo semestre de 2017.